



Santa Casa de Misericórdia
Irmandade Senhor dos Passos de Ubatuba
Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Santa Casa de Misericórdia Ir. Senhor dos Passos de Ubatuba
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2024 e 2023

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações das mutações do patrimônio social	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Senhores Diretores da
Santa Casa de Misericórdia Irmandade Senhor dos Passos de Ubatuba
Ubatuba – SP

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **SANTA CASA DE MISERICÓRIDA IRMANDADE SENHOR DOS PASSOS DE UBATUBA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SANTA CASA DE MISERICÓRIDA IRMANDADE SENHOR DOS PASSOS DE UBATUBA**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sem ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Ênfase – Processos judiciais

A Entidade está envolvida em processos judiciais, classificados como de perda possível, pelos seus consultores jurídicos, para os quais não mantém provisão para perdas e sim em notas explicativas, nos termos do Pronunciamento Técnico nº 25 – Provisões, Contingências Passivas e Contingências Ativas, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Ênfase – Patrimônio social negativo

A entidade apresenta patrimônio social negativo (**passivo a descoberto**) em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. A administração da **SANTA CASA DE MISERICÓRIDA IRMANDADE SENHOR DOS PASSOS DE UBATUBA** deve elaborar planos, de curto e médio prazo, com o objetivo de aumentar suas receitas próprias e reverter essa situação.

Ênfase – Ajustes de exercícios anteriores

São considerados como ajustes de exercícios anteriores, os fatos decorrentes de mudança de critério contábil ou de retificação de erro imputável a exercício anterior, desde que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes (art. 186, § 1º LEI Nº 6.404/76). Em atendimento ao disposto no Pronunciamento Técnico CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, para fins de adequação desses saldos, os erros identificados não foram corrigidos em suas respectivas contas patrimoniais em contrapartida de Ajustes de Exercícios Anteriores, no Patrimônio Líquido, os quais totalizaram em 31 de dezembro de 2024 o valor líquido de R\$ (36.478.429).

Saldos do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentado para fins de comparação, foram por nós auditados e não conteve modificações em nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da Diretoria sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela diretoria da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos

usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela diretoria declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela diretoria, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ubatuba, 02 de maio de 2025.

Audit Home Auditores Independentes S/S
CRC 2SP022333/O-5



Paulo Alves das Flores
CRC 1 SP 196616/O-0

Santa Casa de Misericórdia Immandade Senhor dos Passos de Ubatuba
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	10.132.927	8.745.796	Fornecedores	11	9.312.195	8.528.299
Realizável		11.033.173	9.134.163	Obrigações Trabalhistas	12	771.300	2.620.925
Títulos e Créditos a Receber	6	7.454.191	6.548.524	Provisões	13	2.088.000	1.900.000
Outros Créditos a Receber	7	1.712.931	1.248.604	Encargos Sociais	14	10.244.799	5.848.874
Estoque	8	1.866.051	1.337.035	Contas a Pagar	15	53.625	220.575
Total Ativo Circulante		21.166.100	17.879.959	Acordo Judiciais e Bloqueios	16	2.356.587	1.172.995
				Parcelamentos	17	1.908.664	1.647.216
				Subvenções a Realizar	18	625.853	2.451.658
				Total Passivo Circulante		27.361.023	24.390.541
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		1.086.019	2.538.370	Acordos - LP	19	7.350.859	1.497.882
Dívida Ativa PGFN	9	1.086.019	2.538.370	Parcelamentos - LP	20	43.454.321	46.038.231
Imobilizado	10	10.892.094	11.061.054	Passivo Contingente	21	42.604.928	39.873.820
Terreno		11.449.769	11.449.769	Dívida Ativa PGFN	22	2.922.557	2.897.554
Máquinas e Equipamentos		1.124.864	875.717	Total Passivo Não Circulante		96.332.665	90.307.486
Móveis e Utensílios		565.005	617.692				
Equipamentos de Informática		133.314	133.314	Patrimônio Social	23	(90.549.475)	(83.072.536)
Utensílios Médicos		627.755	621.369	Patrimônio Social		5.637.387	5.637.387
Imobilizado em Andamento		563.913	563.913	Superávit/Déficit Acumulado		(69.365.702)	(68.566.518)
Bens em comodato		25.003	25.003	Ajuste de Avaliação Patrimonial		9.113.619	9.113.619
(-) Depreciações Acumuladas		(3.597.529)	(3.225.723)	Ajuste de Exercício Anterior		(36.478.429)	(28.603.948)
Total Ativo Não Circulante		11.978.113	13.599.424	Superávit ou Déficit do Exercício		543.651	(633.075)
Total do Ativo		33.144.213	31.479.383	Total do Passivo		33.144.213	31.625.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Miller de O. Barbosa
Contador
Santa Casa de Ubatuba
CNPJ: 16.822.822/0003

Wagner da Silva Junior
Diretor Geral
Santa Casa Ubatuba

Wagner da Silva
Interventor/Provedor Interino
Santa Casa Ubatuba

Santa Casa de Misericórdia Ir Senhor dos Passos de Ubatuba
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023

Santa Casa de Misericórdia Irmandade Senhor dos Passos de Ubatuba
Demonstração de resultados
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita Bruta de Serviços	24		
Receitas Pacientes SUS			-
Receitas Pacientes convênios		3.399.988	2.532.252
Receitas Pacientes Particulares		335.047	284.886
		3.735.035	2.817.138
(-) Deduções da Receita			
(-) Abatimentos - Glosas		(37.157)	(62.215)
Receita Líquida de Serviços		3.697.878	2.754.924
(-) Custo dos Serviços Prestados			
Custo com Pessoal		(8.393.992)	(8.801.821)
Custo com Serviços de Terceiros		(835.712)	(355.089)
Custo com Materiais e Medicamentos		(2.310.012)	(2.404.097)
		(11.539.716)	(11.561.008)
Resultado Bruto		(7.841.838)	(8.806.084)
Despesas (Receitas) Operacionais			
Despesas Administrativas e Gerais		(12.683.878)	(8.961.845)
Despesas com Serviços de Terceiros		(1.490.678)	(1.106.331)
Financeiras Líquidas		-	-
Depreciações		(439.907)	(454.723)
Receitas Diversas		-	-
Outras Despesas		(1.697)	(149.980)
Outras Receitas		1.221	1.221
Trabalho Voluntariado (-)		(459.966)	(314.713)
Trabalho Voluntariado (+)		459.966	314.713
Isenções Usufruídas	27	13.090.627	7.554.741
Isenções e Contribuições Sociais	27	(13.090.627)	(7.554.741)
		(14.614.939)	(10.671.658)
Despesas (Receitas) Não Operacionais			
Receitas Não Operacionais		14.509.531	11.152.537
Despesas Não Operacionais		(273.778)	(392.211)
		14.235.753	10.760.326
Receitas com Subvenções, Doações e Eventos			
Receita com Subvenção (processo SC/9830/2019)		77.799.636	57.871.825
Receita processo SC/6430/2022		30.557.070	20.508.831
Receitas Diversas		-	314.713
		108.356.706	78.695.369
Despesas com Subvenções, Doações e Eventos		(99.592.032)	(70.611.028)
Resultado do Exercício		543.651	(633.075)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Wagner da Silva
Intendente/Provedor Interno
Santa Casa Ubatuba

Vladimir de Pinho Junior
Diretor Geral
Santa Casa Ubatuba

Miller de Barros
Contador
Santa Casa de Ubatuba
CRC: 1 SP326321/0-3

Santa Casa de Miser Ir Senhor dos Passos de Ubatuba
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023

Santa Casa de Misericórdia Irmandade Senhor dos Passos de Ubatuba
Demonstração das mutações do patrimônio social
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ajuste de Exerc. Ant.	Lucro/Prej. Acumulado	Total do Patrimônio Social
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.637.387	7.526.690	(25.549.834)	(68.732.626)	(81.118.384)
Superavit do Exercício	-	-	-	(486.967)	(486.967)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	1.586.929	-	-	1.586.929
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	(3.200.222)	-	(3.200.222)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.637.387	9.113.619	(28.750.056)	(69.219.594)	(83.218.644)
Superavit do Exercício	-	-	-	543.651	543.651
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	(7.874.481)	-	(7.874.481)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.637.387	9.113.619	(36.624.537)	(68.675.943)	(90.549.475)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Wagner da Silva
Interventor/Proprietário Interno
Santa Casa Ubatuba

Vladimir de Faria Junior
Diretor Geral
Santa Casa Ubatuba

Miller de O. Barbosa
Contador
Santa Casa de Ubatuba
CRC: 1 SP320321/0-3

Santa Casa de Misericórdia Irmandade Senhor dos Passos de Ubatuba
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023

Santa Casa de Misericórdia Irmandade Senhor dos Passos de Ubatuba
Demonstração dos fluxos de caixa
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

Método Indireto	31/12/2024	31/12/2023
1 - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
(A) Resultado Líquido Ajustado		
Superávit (Déficit) do Exercício	543.651	(633.075)
Depreciação	439.907	454.723
Superávit (Déficit) do Acumulados	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	(7.874.481)	(3.054.114)
(=) Resultado Ajustado	(6.890.924)	(3.232.467)
(B) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Circulante		
Títulos e Créditos a Receber	905.667	876.882
Estoques	529.016	(219.474)
Outros Créditos a Receber	464.327	429.677
(=) Acréscimo/Decréscimo Ativo Circulante	1.899.010	1.087.085
(C) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Não Circulante		
Dívida Ativa PGFN	(1.452.352)	(1.412.744)
(=) Acréscimo Decréscimo Ativo Não Circulante	(1.452.352)	(1.412.744)
(D) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Circulante		
Fornecedores	783.896	1.388.052
Encargos Sociais	3.028.815	2.269.692
Obrigações Trabalhistas	(1.849.625)	(1.199.395)
Outras Obrigações	21.051	(350.177)
Provisão para Contingências Judiciais	1.183.592	462.402
Acordo Judiciais CP	-	-
Parcelamentos - CP	(1.564.357)	1.878.818
(=) Acréscimo/Decréscimo Passivo Circulante	1.603.371	4.449.392
(E) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Não Circulante		
Parcelamentos - LP	(2.583.909)	(2.225.702)
Acordo Judiciais LP	5.852.977	-
Passivo Contingente	2.731.109	4.887.016
Dívida Ativa PGFN	25.003	-
(=) Acréscimo/Decréscimo Passivo Não Circulante	6.025.179	2.661.314
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (A+B+C+D+E)	1.184.285	3.552.580
2 - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
(+/-) Venda/Aquisição do Imobilizado	202.846	1.434.783
TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	202.846	1.434.783
3 - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:		
(+) Empréstimos	-	-
TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-	-
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (1+2+3)	1.387.132	4.987.363
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	8.745.796	3.904.541
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	1.387.131	4.841.255
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	10.132.927	8.745.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Wagner da Silva
Interventor/Provedor Interno
Santa Casa Ubatuba

Vladimir de Pinho Junior
Diretor Geral
Santa Casa Ubatuba

Milene da S. Barbosa
Controlador
Santa Casa de Ubatuba
CRO - TSP326321/0-3

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em
31 de dezembro de 2024 e 2023.
(Em Reais)**

1. Contexto Operacional

A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA IRMANDADE DO SENHOR DOS PASSOS DE UBATUBA fundada em 1854 é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade a prestação de serviços médicos e hospitalares e se rege pelo Estatuto Social e pela legislação aplicável.

A Entidade tem como objetivo a prática de Obras de Misericórdia, mantendo para esse fim hospital acolher, auxiliar ou socorrer pobres e necessitados, sem distinção de crenças religiosas ou políticas, cor e nacionalidade.

Determinado pelo decreto de calamidade pública nº 6873 de 09 de maio de 2018 seguido de requisição administrativa nº 6874 de 09 de maio de 2018 e por meio do decreto municipal 8471 de maio de 2024 renovou por mais 12 meses, em junho de 2022 a Santa Casa passou a ser administradora dos colaboradores celetistas da rede de atenção básica, especializada, urgência e emergências (PA/Samu) e proteção e bem estar animal pelo Contrato nº 51/2022.

2. Manutenção Financeira da Santa Casa

Os recursos financeiros necessários à realização dos objetivos sociais são provenientes principalmente de:

- Diárias, serviços hospitalares e ambulatoriais por atendimento ao SUS, Convênios e Particulares;
- Incentivos e contrato com poderes públicos;
- Donativos e Contribuições de pessoas físicas e jurídicas.
- Subvenções Federais e Municipais.

3. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei n. 6.404/76 e alterações promovidas pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, que deram início ao processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade às novas regras internacionais de contabilidade. Observamos também os dispostos nas novas normas brasileiras de contabilidade, elaboradas pelo Conselho Federal de Contabilidade, principalmente a ITG 2002 – Entidades Sem Finalidade de Lucro e através de pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Técnicos.

4. Descrições das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações contábeis são as seguintes:

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade.

b) Apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios.

c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos, e outras transações. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão estimativa para créditos de liquidação duvidosa é calculada por valor suficiente para cobrir eventuais perdas desses créditos.

Títulos e Créditos a receber

As contraprestações pecuniárias a receber são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Baseada na análise dos valores a receber em aberto, a Administração da entidade está apropriando a rubrica de devedores duvidosos.

Estoques

São demonstrados ao custo médio das compras, que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização.

Ativo imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

Ativo Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

Redução ao valor recuperável

Não houve indicações de perda de valor do ativo imobilizado, ativo intangível e estoques. Portanto, a Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os montantes registrados na rubrica caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de Fundo de Caixa, bem como numerários depositados em conta corrente e bloqueios temporário e aplicações financeiras.

Em 2024 e 2023:

	31/12/2024	31/12/2023
Disponível	10.132.927,31	8.745.795,97
<i>Caixa e equivalente de caixa</i>		
Caixa	37.543,85	27.842,31
Bancos	145.380,46	156.154,57
Bloqueio Judicial	9.257.959,29	6.044.035,02
Aplicações Financeiras	66.194,14	66.106,44
<i>Caixa e equivalente de caixa com restrição</i>		
Caixa com Restrição	246.823,81	2.442.363,79
Bancos com Restrição	9.135,27	9.293,84
Aplicações Financeiras com Restrição	369.890,49	0,00

Os valores registrados em caixa são referentes a cheques operacionais emitidos e retornados as contas por motivo dos constantes bloqueios judiciais.

6. Títulos e Créditos a Receber

Representam em seus principais valores, os serviços prestados aos demais Convênios privados e demais créditos a receber.

Demonstrados da seguinte forma em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Ref.	31/12/2024	31/12/2023
Convênios a receber		2.878.061,69	2.058.906,22
(-) Créditos de liquidação duvidosa	a)	-37.156,96	-62.214,60
Paciente particulares		119.175,69	89.110,33
Mensalidade associativa		370.100,00	370.100,00
Contratos a receber	b)	4.092.621,84	4.092.621,84
Outros Títulos a Receber		31.388,67	0
		7.454.190,93	6.548.523,79

- a) A entidade em 2024 constituiu provisão para possíveis perdas em seus créditos a receber, em atendimento às normas contábeis, em virtude de ter efetuado os lançamentos de acordo com os recebimentos futuros.
- b) A Santa Casa possuía contrato de prestação de serviços contratados CLT e SERVIÇOS MEDICOS com a ITDM empresa que administrava o hospital, sendo assim restou em 2021 e em 2022 o saldo a receber no próximo exercício o valor de R\$ 4.092.621,84, sendo o saldo de folha de pagamento clt. a pagar da competência dezembro de 2021, saldo de impostos e recolhimentos CLT e de prestadores de serviços médicos não realizados no exercício a serem realizados no exercício seguinte, mantido até esta data.

7. Outros Créditos a Receber

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos - Santa Casa	1.712.930,82	1.043.215,40
Alugueis e Arrendamento	0,00	174.000,00
Títulos e Créditos a Receber	0,00	31.355,21
Outros Títulos e Créditos a Receber	0,00	33,46
	1.712.930,82	1.248.604,07

Compostos principalmente por adiantamentos realizados a funcionários e a fornecedores.

8. Estoques

Compostos por estoques da Santa Casa e por estoques de contrato da rede, representados principalmente por medicamentos, materiais cirúrgicos e hospitalar.

Avaliados ao custo médio de aquisição de materiais alocados no almoxarifado que não excede o valor de mercado, demonstrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente por R\$ 1.866.051 e R\$ 1.337.035.

9. Ativo Realizável a Longo Prazo

Demonstrados da seguinte forma em 31 de dezembro 2024 e 2023:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Total inscrição com Mora, Juros e Encargos	331.781,09	1.784.132,76

Descrição	31/12/2023	31/12/2023
Dívida Ativa FGTS	580.419,03	580.419,03

Descrição	31/12/2023	31/12/2023
Dívida Ativa INSS	173.818,39	173.818,39

Descrição	31/12/2023	31/12/2023
Total	1.086.018,51	2.538.370,18

Saldos referente a inscrições na dívida ativa da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

10. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição. Em 2023 foi avaliado pelo ajuste de avaliação patrimonial, conforme NBCTG 1000(R1).

	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado	10.892.094,23	11.061.053,93
Terreno	11.449.769,38	11.449.769,38
Máquinas e Equipamentos	1.124.863,83	875.717,00
Móveis e Utensílios	565.005,00	617.692,00
Equipamentos de Informática	133.314,00	133.314,00
Utensílios Médicos	627.755,41	621.368,92
Imobilizado em Andamento	a) 563.912,98	563.912,98
Bens em comodato	b) 25.002,65	25.002,65
(-) Depreciações Acumuladas	-3.597.529,02	-3.225.723,00

As depreciações são computadas pelo método linear, com base na estimativa de vida útil dos bens, calculados individualmente.

- a) Este saldo se refere às obras de reforma que não teve continuidade no projeto original onde houve modificação da finalidade a qual se tratava o objeto, centro cirúrgico.
- b) Os bens em comodato foram reconhecidos em anos anteriores sem modificações posteriores, solicitado ao setor jurídico que seja avaliado processos judiciais os quais se referem a empresa neste comodato específico.

11. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal das operações, reconhecidas pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, representados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente por R\$ 9.312.195 e R\$ 8.528.299.

12. Obrigações Trabalhistas

Demonstrados nesse subgrupo, os valores dos salários dos funcionários a ser pagos no mês seguinte, direito de férias adquiridos pelos funcionários e seus respectivos encargos trabalhistas, e diversos valores descontados de folha de pagamento que serão repassados, representados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 por R\$ 771.300 e R\$ 2.620.925 respectivamente:

13. Provisões

Demonstrados nesse subgrupo, os valores referentes a provisão de férias.

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões	2.088.000	1.900.000,00

14. Encargos Sociais

Refere-se a valores retidos de funcionários, fornecedores e prestadores de serviços a título de impostos e contribuições, que a Entidade deverá recolher em exercícios seguintes.

	31/12/2024	31/12/2023
Encargos Sociais	10.244.798,77	5.848.874,18
Fgts a Recolher	3.658.355,88	3.342.593,00
Inss Folha a Recolher	3.230.867,38	1.234.390,26
Inss Autônomos a Recolher	42.369,89	42.369,89
Pis s/ Folha a Recolher	30.257,25	30.257,25
Irrf Folha a Recolher	1.570.833,81	536.259,46
Irrf Autônomos a Recolher	35.660,16	35.660,16
Contribuição Entidades de Classe a Pagar	0,00	2.460,18
Irrf Médicos a Recolher	393.268,21	149.168,54
Inss Terceiros a Recolher	481,56	334,53
Csll/Cofins e Pis a Recolher	978.054,47	195.997,09
Iss a Recolher	304.650,16	279.383,82

15. Contas a Pagar

O saldo de Contas a Pagar é demonstrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 respectivamente por e R\$ 53.625 e R\$ 220.575.

16. Acordos Judiciais e Bloqueios

Refere-se a acordos judiciais trabalhistas, fornecedores e débitos na dívida ativa do município.

Devido a inúmeros bloqueios judiciais nas contas da entidade, realizados durante o exercício, esses saldos vêm sendo liquidados, sendo representado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 por R\$ 2.356.587 e R\$ 1.172.995.

17. Parcelamentos

Saldo refere-se a parcelamento de fornecedores e multa.

Demonstrados da seguinte forma em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamentos	1.908.664,20	1.647.216,38
Parcelamento Elektro	0,00	6.490,89
Parcelamento Processo 80516015920	5.435,34	5.435,34
Acordo Sabesp	450.877,19	450.877,19
Parcelamentos Processo Previdenciário	665.334,15	592.206,48
Parcelamento Processo Tributário	787.017,52	592.206,48

18. Subvenções a realizar

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Subvenções Processo 9830.2019	146.829,53	1.670.705,47
Contrato de Gestão nº 51.2022	479.023,25	780.952,22
	625.852,78	2.451.657,69

No exercício de 2024, foram recebidos o montante de R\$ 73.564.030,82 do processo 9830/2019 e R\$ R\$ 30.105.140,96 do contrato 51/2022, totalizando R\$ 103.669.171,78 referente a subvenções e convênios de manutenção dos serviços hospitalares e de subvenções Municipais, Estaduais e Federais, sendo disponível o montante de R\$ 146.829,53 do processo 9830/2019 e R\$ 479.023,25 do contrato 51/2022 para uso no exercício subsequente, esclarecemos que foram contabilizadas como receitas, apenas o montante utilizado dentro do exercício de acordo com o pronunciamento técnico CPC 07 em correlação as normas internacionais de contabilidade IAS 20.

A receita com o processo 9830/2019 ao que tange a repasse do tesouro municipal Mac, seja considerada a soma das linhas abaixo: Tesouro municipal mac + Federal mac + Total de bloqueio na fonte (janeiro a dezembro 2024) + Total Estadual + outras receitas + recurso próprio + aplicação financeira + diferença do plano de trabalho exercício anterior = R\$ 80.792.866,00

Total receita (previsão orçamentária nos planos de trabalho contrato/processo 9830/2019)	R\$
Federal mac repassado	R\$ 17.351.679
Receita federal reconhecido	R\$ 17.351.679
Tesouro municipal mac repassado	R\$ 54.261.442
Tesouro municipal mac reconhecido	R\$ 56.478.785
Estadual repassado	R\$1.950.911
Estadual reconhecido	R\$1.950.911
Outras receitas	R\$ 3.243.649
Receita com aplicação financeira	R\$ 144
Recurso próprio	R\$ 96.993
Diferença do plano de trabalho exercício anterior	R\$ 1.670.705
Total bloqueado na fonte (janeiro a dezembro 2024)	(R\$ 2.217.342)
Outras saídas	(R\$ 179.880)
Total de despesa contabilizadas em 2024	(R\$ 74.310.861)
Total de despesas contabilizadas no exercício anterior	(R\$ 3.937.954)
Recursos a ser utilizado em 2025	R\$ 146.829

Total receita (previsão orçamentária nos planos de trabalho contrato 51/2022)	R\$
Total recursos repassado	R\$ 30.105.140,96
Federal mac reconhecido	R\$ 6.414.506,75
Tesouro municipal mac reconhecido	R\$ 23.690.634,21
Diferença do plano de trabalho exercício anterior	R\$ 780.952,22
Outras receitas	R\$ 39.720,32
Despesas contabilizadas em 2024	(R\$ 25.302.443,13)
Total de despesas contabilizadas no exercício anterior	(R\$ 1.740.773,99)
Outras saídas	(R\$ 3.403.573,13)
Recursos a ser utilizado em 2025	R\$ 479.023,25

19. Acordos de Longo Prazo

Os acordos de longo prazo, são representados principalmente por dívida ativa com o Município e Simed, demonstrado da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Acordos a Pagar L.P	7.350.858,92	1.497.881,79
Acordo Dinatex L.P	8.000,00	8.000,00
Dívida Ativa Municipal	1.315.756,41	1.489.881,79
Acordo Simed L.P	6.027.102,51	0,00

20. Parcelamentos de Longo Prazo

	31/12/2024	31/12/2023
Débitos e Parcelamentos L.P	43.454.321,20	46.038.230,61
Moratória Prosus	23.269.656,34	23.269.656,34
Parcelamento Elektro L.P	0,00	828.415,23
Parcelamento Processo 80516015920-	43.721,67	78.925,47
Acordo Sabesp L.P	15.073.720,47	15.073.720,47
Parcelamento Processos Previdenciários	716.530,51	1.454.992,33
Parcelamento Processos Tributários	4.350.692,21	5.332.520,77

Nota: A entidade requereu a adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na Área da Saúde e que participam de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (PROSUS) tal pedido de moratória foi DEFERIDO, nas condições estabelecidas pela Lei no 12.873, de 24 de outubro de 2013 e Portaria Conjunta PGFN / RFB no 3 de fevereiro de 2014, alcançando as dívidas tributárias e não tributárias, inclusive com exigibilidade suspensa, vencidas até 31 de março de 2014.

Sendo que com o deferimento dos processos administrativos no 13884.720313/2015/16 e nº13884. 720312/2015-71 em trâmite na Receita Federal e Procuradoria sucessivamente estamos no aguardo da remissão da dívida.

Foi ainda realizado o parcelamento pelo programa especial de regularização tributária para entidades da área da saúde-PES, das dívidas tributárias e previdenciárias que estavam sob julgo na PGFN e os demais tributos que serão reconhecidas no exercício de 2025 por regime

de competência

Passivo Contingente

O passivo contingente está dividido entre cível e trabalhista.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Contingências Trabalhistas	31.127.080,42	27.297.845,71
Contingências Cíveis	11.477.847,93	12.550.971,27
	42.604.928,35	39.848.816,98

21. Dívida ativa PGFN

A dívida ativa PGFN, está representada em 31 de dezembro de 2024 e 2023 por R\$ 2.922.557 e R\$ 2.897.554.

22. Patrimônio Social

Representa o patrimônio social da entidade, considerando os superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, bem como ajuste de avaliação patrimonial e ajustes de exercícios anteriores.

Demonstrado da seguinte forma em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio Social	5.637.387	5.637.387
Superávit/Déficit Acumulado	(69.365.702)	(68.586.518)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	9.113.619	9.113.619
Ajuste de Exercício Anterior	b) (36.478.429)	(28.603.948)
Superávit ou Déficit do Exercício	c) 543.651	(633.075)
Patrimônio Social	a) (90.549.475)	(83.072.536)

a) No exercício de 2024 está demonstrado no Patrimônio Social Negativo no montante de R\$ (90.549.475) e em 2023 de R\$ (83.072.536).

b) São considerados como ajustes de exercícios anteriores, os fatos decorrentes de mudança de critério contábil ou de retificação de erro imputável a exercício anterior, desde que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes (art. 186, § 1º LEI Nº 6.404/76). Em atendimento ao disposto no Pronunciamento Técnico CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, para fins de adequação desses saldos, os erros identificados NÃO foram corrigidos em suas respectivas contas patrimoniais em contrapartida de Ajustes de Exercícios Anteriores, no Patrimônio Líquido, os quais totalizaram o valor líquido devedor de R\$ (36.478.429) e (28.603.948) em 31 de dezembro de 2024 e 2023 respectivamente.

c) O superávit do exercício em 31/12/2024 foi de R\$ 543.651 e no exercício de 31/12/2023 um déficit no montante de R\$ (633.075).

23. Receitas

	31/12/2024	31/12/2023
Receita Bruta de Serviços		

Receitas Pacientes SUS		-
Receitas Pacientes convênios	3.399.988	2.532.252
Receitas Pacientes Particulares	335.047	284.886
	3.735.035	2.817.138
(-) Deduções da Receita		
(-) Abatimentos - Glosas	-37.157	-62.215
Receita Líquida de Serviços	3.697.878	2.754.924

24. Aplicação de subvenções e convênios específicos

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está demonstrando a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes de tais recursos conforme abaixo, conforme tribunal de contas:

DESPESAS PROC 9830/2019	TOTAIS 2024
Recursos humanos (5)	R\$ 35.518.016,24
Recursos humanos (6)	R\$ 00,00
Medicamentos	R\$ 2.507.261,66
Material médico e hospitalar (*)	R\$ 1.751.724,78
Gêneros alimentícios	R\$ 1.252.244,30
Outros materiais de consumo	R\$ 740.689,57
Serviços médicos (*)	R\$ 23.386.305,51
Outros serviços de terceiros	R\$ 5.916.504,79
Locação de imóveis	R\$ 32.800,00
Locações diversas	R\$ 3.195.816,93
Utilidades públicas (7)	R\$ 976.368,25
Combustível	R\$ 00,00
Bens e materiais permanentes	R\$ 1.975,00
Obras	R\$ 98.971,90
Despesas financeiras e bancárias	R\$ 15.012,30
Outras despesas	R\$ 2.855.123,90
TOTAL	R\$ 78.248.815,13

DESPESAS PROC 6430/2019	TOTAIS 2024
Recursos humanos (5)	R\$ 13.362.081,42
Recursos humanos (6)	R\$ 00,00
Medicamentos	R\$ 382.706,82
Material médico e hospitalar (*)	R\$ 150.957,82
Gêneros alimentícios	R\$ 00,00
Outros materiais de consumo	R\$ 336.145,53
Serviços médicos (*)	R\$ 11.617.305,24
Outros serviços de terceiros	R\$ 455.651,39
Locação de imóveis	R\$ 64.000,00
Locações diversas	R\$ 116.190,72
Utilidades públicas (7)	R\$ 00,00

Combustível	R\$ 00,00
Bens e materiais permanentes	R\$ 398.921,06
Obras	R\$ 147.211,08
Despesas financeiras e bancárias	R\$ 10.355,82
Outras despesas	R\$ 1.690,22
TOTAL	R\$ 27.043.217,12

25. Atendimento ao SUS

Com observância do limite fixado pelo artigo 4º, inciso III, da Lei nº 12.101 de 27/11/2009, o número total de pacientes internados, bem como de atendimentos ambulatoriais é demonstrado da seguinte forma:

Competência		Internação					Ambulatório			% SUS Mensal
Mês / Ano		SUS		Não-SUS		% SUS	SUS	Não-SUS	% SUS	
		Qtde.	Paciente-Dia	Qtde.	Paciente-Dia		Qtde.	Qtde.	Ambulatório	
Janeiro	2024	437	1.762	29	61	96,65%	15.355	2.951	83,88%	96,65%
Fevereiro	2024	460	1.747	25	35	98,04%	13.820	1.726	88,90%	98,04%
Março	2024	520	1.940	19	32	98,38%	15.042	1.833	89,14%	98,38%
Abril	2024	517	1.852	33	89	95,41%	15.357	1.701	90,03%	95,41%
Mai	2024	518	1.895	22	59	96,98%	13.669	1.347	91,03%	96,98%
Junho	2024	501	1.725	27	52	97,07%	12.416	1.194	91,23%	97,07%
Julho	2024	476	1.521	31	34	97,81%	11.724	1.152	91,05%	97,81%
Agosto	2024	507	1.560	212	29	98,17%	12.071	1.065	91,89%	98,17%
Setembro	2024	485	1.461	40	48	96,82%	12.557	1.278	90,76%	96,82%
Outubro	2024	517	1.400	33	51	96,49%	13.050	1.431	90,12%	96,49%
Novembro	2024	486	1.339	32	48	96,54%	13.092	1.420	90,21%	96,54%
Dezembro	2024	461	1.182	22	22	98,17%	12.925	1.976	86,74%	98,17%
Total (SEM INCENTIVO)	2024	5.885	19.384	525	560	97,19%	161.078	19.074	89,41%	97,19%

Percentual de Atendimento ao SUS - TOTAL - no ano 2024

26. Isenções Previdenciárias e Fiscais usufruídas

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2024 e de 2023, correspondem aos montantes de R\$ 13.090.627 e R\$ 7.554.741 respectivamente.

27. Renúncia fiscal

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade tem os tributos mencionados abaixo como base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre receitas, PIS sobre FOPAG, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

28. Trabalho Voluntário

De acordo com a ITG 2002, item 19, o valor de trabalho voluntário é reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, demonstrados em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 459.964,61.

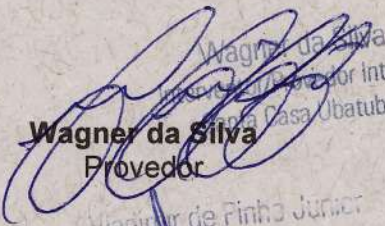
29. Doações

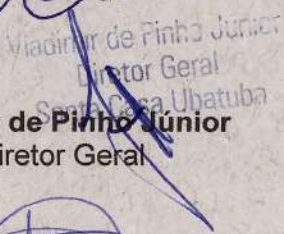
As doações destinadas ao custeio foram contabilizadas em conta de outras receitas operacionais.

Demonstrados da seguinte forma em 31 de dezembro de 2024 e 2023: As doações de

medicamentos foram, inicialmente, registradas de forma equivocada pelo setor responsável, sendo os devidos ajustes realizados no ano de 2025. Tais doações foram lançadas em conjunto com as doações espontâneas no exercício de 2024.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Doações Espontâneas	1.115.506,10	855.519,84
Doação Mat. Cirúrgico Hospital	118.351,01	0,00
Doação Medicamento	0,00	1.598,69
Doação Diversa Pessoa Jurídica	10.957,25	1.944,00
Doação Comissão de Eventos	0,00	2.783,90
	1.244.814,36	861.846,43


Wagner da Silva
Provedor


Vladimir de Pinho Junior
Diretor Geral


Miller de Oliveira Barbosa
Contador
CRC 1SP326321/O-3